CÚRIA ROMANA

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA

(para as Instituições de Estudos)

**«HOMEM E MULHER OS CRIOU»**

PARA UMA VIA DE DIÁLOGO SOBRE A QUESTÃO DO *GENDER* NA EDUCAÇÃO

**INTRODUÇÃO**

1. Difunde-se cada vez mais a consciência que nos encontramos diante de uma verdadeira e própria *emergência educativa*, de modo particular no que diz respeito aos temas da afetividade e da sexualidade. Em muitos casos são-nos apresentadas estruturas e propostas de percursos educativos que «propagam conceções da pessoa e da vida pretensamente neutras mas que, na realidade, refletem uma antropologia contrária à fé e à reta razão».[[1]](#footnote-2) A desorientação antropológica que carateriza amplamente o clima cultural do nosso tempo contribuiu certamente para a desestruturação da família com a tendência a apagar as diferenças entre homem e mulher, consideradas como simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural.

2. É neste contexto que a *missão educativa* se encontra com o desafio que «surge de várias formas duma ideologia genericamente chamada *gender*, que “nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Pre­vê uma sociedade sem diferenças de sexo e esvazia a base antropológica da família. Esta ideologia leva a projetos educativos e diretrizes legislati­vas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radi­calmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo”».[[2]](#footnote-3)

3. Parece evidente que a questão não pode ser isolada de um horizonte mais amplo como é a da educação para o amor,[[3]](#footnote-4) a qual deve oferecer – como assinalou o Concílio Vaticano II – «uma positiva e prudente edu­cação sexual» no âmbito do direito inalienável que todos têm a receber «uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria ín­dole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao con­sórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra».[[4]](#footnote-5) A este respeito, a Congregação para a Educação Católica já ofereceu algumas explicações no documento: *Orientações Educativas sobre o Amor Humano*.[[5]](#footnote-6)

4. A *visão antropológica cristã* vê na sexualidade uma componente funda­mental da personalidade, um próprio modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de se exprimir e de viver o amor hu­mano. Portanto, essa é parte integrante do desenvolvimento da personali­dade e do seu processo educativo: «É do sexo, efetivamente, que a pessoa humana recebe aqueles caracteres que, no plano biológico, psicológico e espiritual, a fazem homem e mulher, condicionando por isso, em gran­de escala, a sua consecução da maturidade e a sua inserção na socieda­de».[[6]](#footnote-7) No processo de crescimento, «esta diversidade, que tem como fim a complementaridade dos dois sexos, permite responder plenamente ao desígnio de Deus conforme a vocação à qual cada um é chamado».[[7]](#footnote-8) Por­tanto, «a educação afetivo-sexual deve considerar a totalidade da pessoa e exigir, portanto, a integração dos elementos biológicos, psicoafectivos, sociais e espirituais».[[8]](#footnote-9)

5. A Congregação para a Educação Católica, no âmbito das suas com­petências, pretende agora oferecer algumas reflexões que possam orientar e encorajar quantos estão empenhados na educação das novas gerações para fazer face com método às questões mais atuais acerca da sexualida­de humana, à luz da vocação para o amor a que cada pessoa é chamada.[[9]](#footnote-10) Deste modo pretende-se promover uma metodologia articulada nas três atitudes de *escutar,* de *analisar* e de *propor,* que favorecem o encontro com as exigências das pessoas e das comunidades. Na realidade, o ouvir as exigências do outro e a compreensão das diversas condições conduzem à partilha de elementos racionais e preparam para uma educação cristã radicada na fé que «ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz co­nhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas».[[10]](#footnote-11)

6. Para empreender a via do diálogo sobre a questão do *gender* na educa­cão, é necessário ter presente a diferença entre a *ideologia do gender* e as diver­sas investigações sobre *gender* realizadas pelas ciências humanas. Enquanto a ideologia pretende, como afirma o Papa Francisco, «dar resposta a cer­tas aspirações por vezes compreensíveis», mas procura «impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças»[[11]](#footnote-12) e portanto exclui o encontro, não faltam investigações sobre o *gender* que procuram aprofundar adequadamente o modo em que se vive, nas diversas culturas, a diferença sexual entre homem e mulher. É em relação a estas investigações que é possível abrir-se à escuta, à análise e à proposta.

7. Portanto, a Congregação para a Educação Católica confia este texto – de modo especial nos contextos onde este fenómeno é mais relevante – a quantos se preocupam com a educação, particularmente às comunidades educativas das escolas católicas e a quantos, animados pela visão cristã da vida, trabalham nas outras escolas, aos pais, aos alunos, aos dirigentes e ao pessoal, mas também aos bispos, aos sacerdotes, às religiosas e aos religiosos, aos movimentos eclesiais, às associações de fiéis e a outras organizações do setor.

**OUVIR**

***Breve história***

8. A primeira atitude que se deseja colocar em *diálogo* é o *escutar*. Tra­ta-se, antes de mais, de escutar e compreender o que tem acontecido nos últimos decénios. O advento do século XX – com as suas visões antropológicas – traz consigo as primeiras conceções de *gender*, por um lado assente numa leitura puramente sociológica da diferenciação sexual e por outro sob a influência da liberdade individual. Nasce, na realidade, na metade do século, uma linha de estudos que insistiram em acentuar o condicionamento externo como fator mas também na sua influência sobre a determinação da personalidade. Aplicados à sexualidade, tais estu­dos quiseram demonstrar como a identidade sexual derivava mais de uma construção social do que de um dado natural ou biológico.

9. Estas conceções convergem para a negação da existência de um dom originário que nos precede e é constitutivo da nossa identidade pessoal, formando a base necessária para todo o nosso agir. Nas relações inter­pessoais, aquilo que conta seria somente o afeto entre os indivíduos, pres­cindindo da diferença sexual e da procriação, considerados como irrele­vantes para a construção da família. Passa-se de um modelo institucional de família – tendo este uma estrutura e finalidade que não depende das preferências subjetivas e individuais dos conjugues – a uma visão pura­mente contratualista e voluntarista.

10. Com o tempo, as teorias do *gender* ampliaram o campo das suas apli­cações. No início dos anos noventa do século passado concentraram-se na possibilidade dos indivíduos de autodeterminarem as próprias incli­nações sexuais sem ter em conta a reciprocidade e complementaridade da relação homem-mulher e da finalidade reprodutora da sexualidade. Chega-se, por fim, a teorizar uma separação radical entre género (*gender*) e sexo (*sex*), com prioridade do primeiro sobre o segundo. Tal meta é vista como uma etapa importante da evolução da humanidade, a qual «prevê uma sociedade sem diferenças de sexo».[[12]](#footnote-13)

11. Neste *contexto cultural*, compreende-se muito bem que *sexo* e *género* já não são sinónimos e, portanto, conceitos intercambiáveis, na medida que descrevem duas entidades diversas. O sexo define a nossa pertença a uma das duas categorias biológicas derivadas da díade original, femini­na e masculina. O género, por sua vez, é o modo como se vive em cada cultura a diferença entre os dois sexos. O problema não está na distinção por si só, a qual pode ser interpretada retamente, mas numa separação entre sexo e *gender*. Esta separação tem como consequência a diferencia­ção de diversas “orientações sexuais” que já não se apresentam definidas pela diferença sexual entre masculino e feminino, mas podem assumir outras formas, determinadas somente pelo indivíduo radicalmente autó­nomo. Para além disso, o próprio conceito de *gender* depende da atitude subjetiva da pessoa, que pode escolher um género que não corresponde à sua sexualidade biológica e, portanto, com o modo como os outros o consideram (*transgender*).

12. Numa crescente contraposição entre natureza e cultura, as propostas *gender* confluem no *queer*, isto é, numa dimensão fluida, flexível, nómada, ao ponto de sustentar a emancipação completa do indivíduo da qualquer definição sexual dada *a priori*, com a consequente perda das classificações consideradas rígidas. Deixa-se, deste modo, espaço para *nuances* que va­riam em grau e intensidade no contexto, quer seja da orientação sexual, quer seja na identificação do próprio *gender*.

13. A dualidade do casal, além disso, entra em conflito com os “poli-a­mores” que incluem mais de dois indivíduos. Portanto, pode-se constatar que a duração da relação – e a sua natureza vinculante – se estrutura de modo variável segundo o desejo contingente dos indivíduos com conse­quências ao nível da partilha de responsabilidades e das obrigações ine­rentes à maternidade e à paternidade. Toda esta variedade de relações tornam-se “parentais” (*kinships*), fundadas sobre desejo ou afeto, mui­tas vezes marcadas por um tempo determinado, eticamente flexíveis ou mesmo consensualmente privadas de um qualquer projeto. A regra que impera é a absoluta *liberdade de autodeterminação* e a escolha circunstancial de qualquer indivíduo no contexto de uma qualquer relação afetiva.

14. Apela-se, deste modo, ao reconhecimento público da liberdade de escolha do género e também da pluralidade de uniões em contraposição ao matrimónio entre homem e mulher considerado herança da sociedade patriarcal. Desejar-se-ia, portanto, que cada indivíduo possa escolher a própria condição e que a sociedade deva limitar-se a garantir tal direito, mesmo mediante uma comparticipação material, caso contrário teriam lugar formas de descriminação social para as minorias. A reivindicação de tais direitos entrou no âmbito político moderno, obtendo acolhimento em alguns documentos internacionais e inserindo-se em algumas legisla­ções nacionais.

***Pontos de encontro***

15. No quadro das investigações sobre o *gender* emergem, todavia, alguns possíveis pontos de encontro para crescimento na compreensão recípro­ca. Não é raro, na realidade, que os projetos educativos tenham a parti­lhável e valorizável exigência de lutar contra cada expressão de injusta discriminação. Estes buscam uma ação pedagógica, sobretudo com o re­conhecimento dos atrasos e das faltas.[[13]](#footnote-14) Não se pode negar, na realidade, que no decurso dos séculos apareceram formas de injusta subordinação que tristemente marcaram a história, e que também tiveram um influxo dentro da Igreja. Isto originou uma rigidez e imobilidade que retardou a necessária e progressiva inculturação da genuína mensagem com a qual Jesus proclamava a *igual dignidade entre homem e mulher*, dando lugar a acu­sações de um certo machismo mais ou menos mascarado de motivações religiosas.

16. Um ponto de encontro é a educação das crianças e dos jovens para que *respeitem cada pessoa* na sua peculiar e diferente condição, de modo que ninguém, por causa das próprias condições pessoais (deficiência, raça, religião, tendências afetivas, etc.), possa tornar-se objeto de *bullying*, vio­lência, insultos e discriminações injustas. Trata-se de uma educação para a cidadania ativa e responsável, na qual todas as legítimas expressões da pessoa sejam acolhidas com respeito.

17. Um outro ponto de crescimento na compreensão antropológica são *os valores da feminidade* que foram evidenciados na reflexão sobre o *gender*. Na mulher, por exemplo, a «capacidade para o outro» favorece uma lei­tura mais realista e madura das situações contingentes, desenvolvendo «em si o sentido e o respeito do concreto, que se opõe às abstrações, muitas vezes mortais para a existência dos indivíduos e da sociedade».[[14]](#footnote-15) Trata-se de um acréscimo que enriquece as relações humanas e os valores do espírito «a partir das relações quotidianas entre as pessoas». Por isso, a sociedade é em grande parte devedora às mulheres que estão «empenha­das nos mais distintos setores da *atividade educativa,* para além da família: infantários, escolas, universidades, instituições de assistência, paróquias, associações e movimentos».[[15]](#footnote-16)

18. A mulher tem a capacidade de compreender a realidade de modo único: sabendo resistir às adversidades, tornando «a vida ainda possível, mesmo em situações extremas» e conservando «um sentido tenaz do futuro».[[16]](#footnote-17) Não é por acaso, na realidade, que «onde quer que se revele necessário um trabalho de formação, pode-se constatar a imensa dispo­nibilidade das mulheres se dedicarem às relações humanas, especial­mente em prol dos mais débeis e indefesos. Nesse trabalho, elas realizam uma forma de *maternidade afetiva, cultural e espiritual,* de valor realmente inestimável, pela incidência que tem no desenvolvimento da pessoa e no futuro da sociedade. E como não lembrar aqui o testemunho de tantas mulheres católicas e de tantas Congregações religiosas femininas que, nos vários continentes, fizeram da educação, especialmente dos meninos e meninas, o seu principal serviço?».[[17]](#footnote-18)

***Criticidade***

19. No entanto existem alguns *pontos críticos* que se apresentam na vida real. As teorias de *gender* indicam – especialmente as mais radicais – um processo progressivo de desnaturalização ou distanciamento da *nature­za* dirigindo-se para uma opção total pelas decisões do sujeito emotivo. Com esta atitude, a identidade sexual e a família tornam-se dimensões da “liquidez” e “fluidez” pós-moderna: fundada somente sobre uma liber­dade do sentimento e do querer mal compreendida mais do que sobre a verdade do ser; sobre o desejo momentâneo da pulsão emotiva e sobre a vontade individual.

20. Os pressupostos das teorias acima mencionadas conduzem a um *dua­lismo antropológico*: à separação entre corpo reduzido à matéria inerte e a vontade que se torna absoluta, manipulando o corpo para o seu próprio prazer. Este fisicismo e voluntarismo dão lugar ao relativismo, onde tudo é equivalente e indiferenciado, sem ordem e sem finalidade. Todas estas teorias, das moderadas às mais radicais, afirmam que o *gender* (género) acaba por ser mais importante que o *sex* (sexo). Isto determina, em pri­meiro lugar, uma revolução cultural e ideológica no horizonte relativista, e em segundo lugar uma revolução jurídica, porque estas instâncias pro­movem direitos individuais e sociais específicos.

21. Na realidade, acontece que a defesa das diferentes identidades acabe frequentemente perseguida reivindicando-as como perfeitamente *indife­rentes entre si* e, portanto, negando-lhes de facto a sua relevância. Isto assu­me particular importância em ordem à diferença sexual: frequentemente, na realidade, o conceito genérico de “não discriminação” esconde uma ideologia que nega a diferença e a reciprocidade natural entre homem e mulher. «Em vez de contrastar as interpretações negativas da diferença sexual, que mortificam o seu valor irredutível para a dignidade humana, deseja-se efetivamente anular esta diferença, propondo técnicas e práti­cas que a tornam irrelevante para o desenvolvimento da pessoa e para os relacionamentos humanos. Mas a utopia do “neutro” remove tanto a dig­nidade humana da constituição sexualmente diferente como, ao mesmo tempo, a qualidade pessoal da transmissão generativa da vida».[[18]](#footnote-19) Esvazia­-se, deste modo, a base antropológica da família.

22. Esta ideologia induz a projetos educativos e a orientações legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radical­mente desvinculada da *diferença biológica* entre masculino e feminino. A iden­tidade humana é entregue a uma opção individualista, mutável com o tem­po, expressão do modo de pensar e agir, hoje difundido, que confunde «a liberdade genuína com a ideia de que cada um julga como lhe parece, como se, para além dos indivíduos, não houvesse verdades, valores, princípios que nos guiam, como se tudo fosse igual e tudo se devesse permitir».[[19]](#footnote-20)

23. O Concílio Vaticano II, interrogando-se sobre o que pensa a Igreja da pessoa humana, afirma que «o homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador».[[20]](#footnote-21) Com esta dignidade, «não se engana o homem, quando se reconhece superior às coisas materiais e se con­sidera como algo mais do que simples parcela da natureza ou anónimo elemento da cidade dos homens».[[21]](#footnote-22) Portanto, «é preciso não confundir as expressões *ordem da natureza* e *ordem biológica*, nem identificar o que elas designam. A ordem biológica é ordem da natureza na medida em que é acessível aos métodos empírico-descritivos das ciências naturais; mas enquanto ordem específica da existência que permanece em evidente re­ferência à Causa Primeira, a Deus Criador, não é uma ordem biológica».[[22]](#footnote-23)

**ANALISAR**

***Argumentos racionais***

24. O estudo do perfil histórico, dos pontos de encontro e da crítica na questão do *gender*, leva a considerações à luz da razão. Existem, de facto, argumentos racionais que clarificam *a centralidade do cor­po* como elemento integrante da identidade pessoal e das relações fami­liares. O corpo é subjetividade que comunica a identidade do ser.[[23]](#footnote-24) À luz disto, compreende-se o dado das ciências biológicas e médicas, segundo o qual o “dimorfismo sexual” (ou a diferença sexual entre homem e mu­lher) é comprovado pela ciência, entre as quais, por exemplo, a genética, a endocrinologia e a neurologia. Do ponto de vista genético, as células do homem (que contêm os cromossomas *XY*) são diferentes daquelas da mulher (a que equivalem os cromossomas *XX*) desde a conceção. De resto, no caso da indeterminação sexual é a medicina que intervém para uma terapia. Nestas situações específicas, não são os pais nem tão pouco a sociedade que podem fazer uma escolha arbitrária, mas é a *ciência médi­ca* que intervém com finalidade terapêutica, ou seja, operando de modo menos invasivo na base de parâmetros objetivos de modo a explicitar a identidade constitutiva.

25. O *processo de identificação* é obstaculizado pela construção fictícia de um “género neutro” ou “terceiro género”. Deste modo, anula-se a sexualida­de como qualificação estruturante da identidade masculina e feminina. A tentativa de superar a diferença constitutiva de masculino e feminino, como ocorre na intersexualidade ou no *transgender*, conduz a uma ambi­guidade masculina e feminina, que pressupõem de modo contraditório aquela diferença sexual que se pretende negar ou superar. Esta oscilação entre masculino e feminino torna-se, no final, uma exposição somen­te “provocatória” contra os chamados “esquemas tradicionais” que não têm em conta o sofrimento daqueles que vivem numa condição indeter­minada. Tal conceção procura aniquilar a natureza (tudo o que recebe­mos como fundamento prévio do nosso ser e todas as nossas ações no mundo), enquanto ali é implicitamente reafirmado.

26. Também a análise filosófica mostra como a *diferença sexual* masculi­no/feminino é parte constitutiva da identidade humana. Na filosofia gre­co-latina, a *essência* coloca-se como elemento transcendente que recompõe e harmoniza a diferença entre feminino e masculino na unicidade da *pes­soa humana*. Na tradição hermenêutico-fenomenológica, seja a distinção, seja a complementaridade sexual vêm interpretadas em chave simbólica e metafórica. A diferença sexual constitui, na relação, a identidade pessoal, seja em sentido horizontal (*diádico*: homem-mulher), seja em sentido verti­cal (*triádico*: homem-mulher-Deus), seja no âmbito da relação interpessoal homem-mulher (eu/tu), seja no âmbito da relação familiar (tu/eu/nós).

27. A própria *formação da identidade* baseia-se na alteridade: no confronto imediato com o “tu” diferente de mim reconheço a essência do meu “eu”. A diferença é a condição para o conhecimento de modo genérico, e do conhecimento da própria identidade. Na família, o confronto com a mãe e o pai facilita à criança o processo de elaboração da própria identidade/diferença sexual. As teorias psicanalíticas demonstram o *valor tripolar* da relação pais/filho, afirmando que a identidade sexual emerge plenamente somente no confronto sinérgico da diferenciação sexual.

28. A *complementaridade* fisiológica, baseada na diferença sexual, assegura as condições necessárias para a procriação. O recurso, por sua vez, às tec­nologias reprodutivas pode consentir a geração a um dos elementos de um casal de pessoas do mesmo sexo, com a “fecundação *in vitro*” e a ma­ternidade de aluguer: mas o uso das tecnologias não equivale à conceção natural, na medida em que comporta manipulação de embriões humanos, fragmentação da parentalidade, instrumentalização e/ou mercantilização do corpo humano, sem esquecer a redução da criança a um objeto de uma tecnologia científica.[[24]](#footnote-25)

29. De modo particular, no que diz respeito ao setor escolástico, é pró­prio da natureza da educação a capacidade de construir as bases para um diálogo pacífico e permitir o encontro profícuo entre as pessoas e as ideias. Apresenta-se, além disso, de modo não secundário a perspetiva de um alargamento da razão à *dimensão transcendente*. O diálogo entre fé e razão «não quer limitar-se a um estéril exercício inteletual, deve partir da atual situação concreta do homem, e sobre ela desenvolver uma re­flexão que reúna a sua verdade ontológico-metafísica».[[25]](#footnote-26) Coloca-se nesta dimensão a missão evangelizadora da Igreja sobre o homem e sobre a mulher.

**PROPOR**

***Antropologia cristã***

30. A Igreja – mãe e mestra – não se limita a escutar mas, fortificada pela sua missão, abre-se à razão e põe-se ao serviço da comunidade humana, oferecendo as suas propostas. Na realidade, é evidente que sem uma cla­rificação convincente da *antropologia* sobre a qual se funda o significado da sexualidade e da afetividade não é possível estruturar de modo correto um percurso educativo coerente com a natureza do homem como pessoa, com o fim de orientá-lo para a plenitude da sua identidade sexual no contexto da vocação ao dom de si. E o primeiro passo desta clarificação antropológica consiste no reconhecimento que «também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece».[[26]](#footnote-27) É esta a questão fulcral daquela ecologia humana que procura «o reconhecimento da dignidade peculiar do ser humano» e «a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza».[[27]](#footnote-28)

31. A antropologia cristã funda as suas raízes na narração das origens como são descritas no Livro do Génesis onde está escrito que «Deus criou o homem à sua imagem […] homem e mulher os criou» (*Gn* 1, 27). Nestas palavras encontra-se o núcleo não só da criação mas também da relação vivificante entre homem e mulher, colocando-os em íntima união com Deus. O *si mesmo* e *o outro* completam-se segundo a sua identidade específica e encontram-se naquilo que constitui uma dinâmica de reci­procidade, sustentada e derivada do Criador.

32. As palavras bíblicas revelam o desejo sapiente do Criador que «as­sinalado como característica do homem o corpo, a sua masculinidade e feminilidade; e que na masculinidade e feminilidade lhe assinalou em certo sentido como característica a sua humanidade, a dignidade da pes­soa, e também o sinal transparente da “comunhão” interpessoal, em que o homem mesmo se realiza através do dom autêntico de si».[[28]](#footnote-29) Portanto, a *natureza humana* – superando todo o fisicismo ou naturalismo – deve-se compreender à luz da *unidade da alma e do corpo,* a «unidade das suas in­clinações tanto de ordem espiritual como biológica, e de todas as outras características específicas, necessárias para a obtenção do seu fim».[[29]](#footnote-30)

33. Nesta «totalidade unificada»[[30]](#footnote-31) integra-se a dimensão vertical da co­munhão com Deus e da dimensão horizontal da comunhão interpessoal, à qual o homem e a mulher são chamados.[[31]](#footnote-32) A identidade pessoal amadu­rece de modo autêntico no momento em que se abre aos outros, precisa­mente porque «na configuração do próprio modo de ser – feminino ou masculino – não confluem apenas fatores biológicos ou genéticos, mas uma multiplicidade de elementos que têm a ver com o temperamento, a história familiar, a cultura, as experiências vividas, a formação recebida, as influências de amigos, familiares e pessoas admiradas, e outras circuns­tâncias concretas que exigem um esforço de adaptação».[[32]](#footnote-33) Na realidade, «para a pessoa humana é essencial o facto de que só se torna ela mesma a partir do outro, o “eu” só se torna ele próprio a partir do “tu” e do “vós”, é criado para o diálogo, para a comunhão sincrónica e diacrónica. E só o encontro com o “tu” e com o “nós” abre o “eu” a si mesmo».[[33]](#footnote-34)

34. É necessário confirmar a raiz metafísica da diferença sexual: homem e mulher, na realidade, são as duas modalidades nas quais se exprime e realiza a realidade ontológica da pessoa humana. É esta a resposta antro­pológica à negação da dualidade entre masculino e feminino da qual se gera a família. A negação de tal dualidade não só anula a visão da criação, mas designa uma pessoa abstrata «que em seguida escolhe para si, auto­nomamente, qualquer coisa como sua natureza. Homem e mulher são contestados como exigência, ditada pela criação, de haver formas da pes­soa humana que se completam mutuamente. Se, porém, não há a dualida­de de homem e mulher como um dado da criação, então deixa de existir também a família como realidade pré-estabelecida pela criação. Mas, em tal caso, também a prole perdeu o lugar que até agora lhe competia e a dignidade particular que lhe é própria».[[34]](#footnote-35)

35. Nesta perspetiva, educar para a sexualidade e para a afetividade signi­fica aprender «com perseverança e coerência [...] qual é o significado de corpo»[[35]](#footnote-36) em toda a verdade original da masculinidade e da feminilidade; significa, portanto, «aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados [...].Também é necessário ter apreço pelo pró­prio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente [...], e enriquecer-se mutuamente».[[36]](#footnote-37) Portanto, à luz de uma *ecologia plenamente humana e integral*, a mulher e o homem reconhecem o significado da sexualidade e da parenta­lidade naquela intrínseca intenção relacional e comunicativa que atravessa a própria corporeidade e os envia um para o outro mutuamente.

***A família***

36. A família é o lugar natural no qual esta relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher encontra plena atuação. Nesta, o homem e a mulher, unidos na escolha livre e consciente do *pacto de amor* conjugal, realizam «uma totalidade em que entram todas as componentes da pessoa – apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afeti­vidade, aspiração do espírito e da vontade».[[37]](#footnote-38) A família é «uma realidade antropológica e, consequentemente, social, cultural», de tal modo que «qualificar com conceitos de natureza ideológica, que só são válidos num determinado momento da história, e depois caducam»,[[38]](#footnote-39) significa trair o seu valor. A família, enquanto sociedade natural na qual a reciprocidade e complementaridade entre homem e mulher se realizam plenamente, precede a mesma ordem sociopolítica do Estado, cuja livre atividade le­gislativa deve ter isso em conta e dar-lhe o justo reconhecimento.

37. É racionalmente compreensível que na própria natureza da família se fundam dois direitos fundamentais que devem sempre ser sustentados e garantidos. O primeiro é o direito da família a ser reconhecida como o espaço pedagógico primário para a formação da criança. Tal «direito primário» traduz-se deste modo concretamente no «gravíssimo dever»[[39]](#footnote-40) dos pais em assumirem a responsabilidade da «educação completa dos filhos de modo pessoal e social»[[40]](#footnote-41) e, por isso, também lhes compete a educação para a identidade sexual e a afetividade, «no quadro de uma edu­cação para o amor, à recíproca doação».[[41]](#footnote-42) Trata-se de um *direito-dever edu­cativo* que «se qualifica como essencial, ligado como está à transmissão da vida humana; como original e primário, em relação ao dever de educar dos outros, pela unicidade da relação de amor que subsiste entre pais e filhos; como insubstituível e inalienável, e portanto, não delegável total­mente a outros ou por outros usurpável».[[42]](#footnote-43)

38. Um outro direito, não de todo secundário, é aquele que a criança tem «de crescer numa família, com um pai e com uma mãe, capazes de criar um ambiente propício para o seu desenvolvimento e amadurecimento, continuando a amadurecer na relação, no confronto com aquilo que re­presenta a masculinidade e a feminilidade de um pai e de uma mãe, e as­sim preparando a maturidade afetiva».[[43]](#footnote-44) E é precisamente no interior do próprio *núcleo familiar* que a criança pode ser educada a reconhecer o valor e a beleza da diferença sexual, da paridade, da reciprocidade biológica, funcional, psicológica e social. «Diante de uma cultura que “banaliza” em grande parte a sexualidade humana, […] o serviço educativo dos pais deve dirigir-se com firmeza para uma cultura sexual que seja verdadeira e plenamente pessoal. A sexualidade, de facto, é uma riqueza de toda a pessoa – corpo, sentimento e alma – e manifesta o seu significado íntimo ao levar a pessoa ao dom de si no amor».[[44]](#footnote-45) Estes direitos acompanham naturalmente todos os outros direitos fundamentais da pessoa, particu­larmente o da liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Nes­tes espaços pode-se fazer nascer profícuas experiências de colaboração entre todos os sujeitos envolvidos na educação.

***A escola***

39. A ação educativa da família une-se à da escola, a qual interage de modo subsidiário. Fortalecida pela sua fundação evangélica, «a escola ca­tólica caracteriza-se por ser uma escola para a pessoa e das pessoas. “A pes­soa de cada um, com as suas necessidades materiais e espirituais, é central na mensagem de Jesus: por isso a promoção da pessoa humana é o fim da escola católica”. Esta afirmação, sublinhando a relação vital do homem com Cristo, recorda que na sua pessoa se encontra a plenitude da verdade acerca do homem. Por isso a escola católica, obedecendo à solicitude da Igreja, empenha-se em promover o homem na sua integridade, consciente de que todos os valores humanos encontram a sua realização plena e, por­tanto, a sua unidade em Cristo. Esta consciência manifesta a centralidade da pessoa no projeto educacional da escola católica, reforça o seu empenha­mento educativo e torna-a apta a educar personalidades fortes».[[45]](#footnote-46)

40. A escola católica deve tornar-se numa comunidade educativa na qual a pessoa se exprime a si mesma e cresce humanamente num processo de relação dialógica, interagindo de modo construtivo, exercitando a to­lerância, compreendendo os diversos pontos de vista, criando confiança num ambiente de autêntica concórdia. Instaura-se, assim, a verdadeira «*comunidade educativa*, espaço de convivência das diferenças. A escola-co­munidade é lugar de encontro, promove a participação, dialoga com a família, primeira comunidade de pertença dos alunos que a frequentam, respeitando a cultura e colocando-se em escuta profunda das necessida­des que encontra e das esperanças da qual é destinatária».[[46]](#footnote-47) Deste modo, os jovens e as jovens são acompanhados por uma comunidade que «os es­timula a superar o individualismo e a descobrir, à luz da fé, que são chamados a viver de maneira responsável uma vocação específica em solidariedade com os outros homens».[[47]](#footnote-48)

41. Também os educadores cristãos, que vivem a sua vocação na esco­la não católica, dão testemunho da verdade da pessoa humana e estão ao serviço da sua promoção. Na realidade, «a formação integral do ho­mem, como finalidade da educação, compreende o desenvolvimento de todas as faculdades humanas do educando, a sua preparação para a vida profissional, a formação do seu sentido ético e social, a sua abertura ao transcendente e a sua educação religiosa».[[48]](#footnote-49) O *testemunho pessoal*, unido à competência profissional, contribui para a obtenção destes objetivos.

42. A *educação da afetividade* tem necessidade de uma linguagem adequada e ponderada. Em primeiro lugar, essa deve ter em conta que as crianças e os jovens ainda não alcançaram a plena maturidade e preparam-se para descobrir a vida com interesse. Portanto, é necessário ajudar os alunos a desenvolver «o sentido crítico perante uma invasão de propostas, perante a pornografia descontrolada e a sobrecar­ga de estímulos que podem mutilar a sexualidade».[[49]](#footnote-50) Na presença de um bombardeamento de mensagens ambíguas e vagas – cujo fim é uma de­sorientação emotiva e impedir a maturidade psicorelacional – «faz falta ajudá-los a identificar e procurar as influências positivas, ao mesmo tem­po que se afastam de tudo o que desfigura a sua capacidade de amar».[[50]](#footnote-51)

***A sociedade***

43. No processo educativo não poderá faltar um olhar de conjunto sobre a sociedade atual. A *transformação das relações interpessoais* e sociais «agitou com frequência a “bandeira da liberdade”, mas na realidade trouxe de­vastação espiritual e material a numerosos seres humanos, de maneira especial aos mais vulneráveis. É cada vez mais evidente que o declínio da cultura do matrimónio está associado a um aumento de pobreza e a uma série de numerosos outros problemas sociais que atingem em medida desproporcional as mulheres, as crianças e os idosos. E são sempre eles quem mais sofre nesta crise».[[51]](#footnote-52)

44. Por estes motivos, a família não pode ser abandonada no desafio educativo. Naquilo que lhe diz respeito, a Igreja continua a oferecer apoio às famílias e aos jovens em comunidades abertas e acolhedoras. A escola e as comunidades locais, em particular, são chamadas a desenvolver uma grande missão, ainda se esta não se substitui aos pais, mas são-lhes com­plementares.[[52]](#footnote-53) A relevante urgência do desafio formativo pode constituir hoje um forte estímulo para reconstruir *a aliança educativa entre família, escola e sociedade*.

45. Como é difusamente reconhecido, este pacto educativo entrou em crise. É urgente promover uma aliança substancial e não burocrática, que harmonize, no projeto partilhado de «uma positiva e prudente educação sexual»,[[53]](#footnote-54) a primária responsabilidade dos pais com o dever dos profes­sores. Deve-se criar as condições para um encontro construtivo entre os vários sujeitos com o fim de instaurar um clima de transparência, inte­ragindo e mantendo-se constantemente informados sobre esta atividade educativa para facilitar o empenho e evitar inúteis tensões que poderão surgir por causa de incompreensões por falta de clareza, informação e competência.

46. No horizonte desta aliança, a ação educativa deve ser formatada no *princípio da subsidiariedade*. «Quaisquer que sejam os colaboradores no pro­cesso educativo devem agir em nome dos pais, com o seu consenso e, em certa medida, também com o seu mandato».[[54]](#footnote-55) Procedendo em conjunto, família, escola e sociedade podem articular percursos de educação para a afetividade e para a sexualidade orientados para o respeito pelo corpo do outro e para o respeito dos tempos da própria maturidade sexual e afe­tiva, tendo em conta a especificidade fisiológica e psicológica, e também das fases de crescimento e maturidade neurocognitiva das meninas e dos meninos de modo a acompanhá-los no seu crescimento de maneira sã e responsável.

***A formação dos formadores***

47. À efetiva realização do projeto pedagógico são chamados de modo responsável todos os formadores. A sua personalidade madura, a sua preparação e o seu equilíbrio influenciam fortemente os educandos.[[55]](#footnote-56) Portanto, é importante ter em consideração na sua formação, para além dos aspetos profissionais, também aqueles de ordem cultural e espiritual. A *educação da pessoa*, especialmente na idade evolutiva, necessita de um cuidado particular e de uma constante atualização. Não se trata somente de uma simples repetição dos temas disciplinares. Aos educadores espe­ra-se que saibam «guiá-los numa aprendizagem significativa e profunda; exige-se que saibam acompanhar os alunos rumo a objetivos elevados e desafiantes, demonstrar elevadas expectativas em relação a eles, envolver e relacionar os estudantes entre eles e com o mundo».[[56]](#footnote-57)

48. A responsabilidade dos diretores, do corpo docente e do pessoal au­xiliar é a de garantir um serviço qualificado coerente com os princípios cristãos que constituem a identidade do projeto educativo, mas também de interpretar os desafios contemporâneos através de um testemunho quotidiano feito na base da compreensão, da objetividade e da prudên­cia.[[57]](#footnote-58) Na realidade, é aceite por todos que «o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, di­zíamos ainda recentemente a um grupo de leigos, ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas».[[58]](#footnote-59) Portanto, a *autoridade do educador* confi­gura-se como a confluência concreta de uma «formação geral, baseada sobre uma conceção positiva e construtiva da vida e sobre o esforço constante para realizá-la. Uma tal formação vai mesmo além da necessária preparação profissional e atinge os aspetos mais íntimos da personalidade, incluindo o religioso e o espiritual».[[59]](#footnote-60)

49. A formação dos formadores – de inspiração cristã – tem como obje­tivo tanto a pessoa do docente como a construção e a consolidação de uma *comunidade educativa* através da profícua troca didática, emocional e pessoal. Deste modo, gera-se uma relação ativa entre os educadores onde o crescimento pessoal integral enriquece aquele profissional, vivendo o ensino como um serviço de humanização. Portanto, é necessário que os docentes católicos recebam uma preparação adequada sobre o conteúdo dos diversos aspetos da questão do *gender* e estejam informados sobre as leis em vigor e as propostas em via de discussão nos seus países com o auxílio de pessoas qualificadas de maneira equilibrada e em nome do diálogo. As instituições universitárias e os centros de investigação são chamados a oferecer o seu contributo específico a fim de garantir uma formação adequada e atualizada durante todo o arco da vida.

50. No que se refere à ação específica da educação para o amor humano – «tendo em conta o progresso da psicologia, da pedagogia e da didáti­ca»[[60]](#footnote-61) – requer-se para os formadores «uma preparação psicopedagógica apropriada e séria, que lhe permita perceber situações particulares que exijam uma atenção especial».[[61]](#footnote-62) Consequentemente, «torna-se necessária uma visão clara da situação, porque o método usado não somente con­diciona grandemente o sucesso desta delicada educação, como também a colaboração entre os diferentes responsáveis».[[62]](#footnote-63)

51. Hoje, muitas legislações reconhecem a autonomia e a liberdade de ensino. Neste âmbito, as escolas têm a oportunidade de colaborar com as instituições católicas de ensino superior no aprofundamento dos diversos aspetos da educação sexual a fim de criar subsídios, guias pedagógicos e manuais didáticos construídos com a «visão cristã do ho­mem».[[63]](#footnote-64) A tal propósito, os pedagogos e os docentes de didática e tam­bém os especialistas em literatura infantil e da adolescência tenham a possibilidade de contribuir com instrumentos inovadores e criativos para a consolidação da educação integral da pessoa desde a primeira infância contra visões parciais e distorcidas. À luz de um renovado pacto educa­tivo, a cooperação entre todos os responsáveis – a nível local, nacional e internacional – não se pode esgotar apenas na partilha de ideias e na troca pro­fícua de boas práticas, mas oferece-se como um importante meio de formação permanente dos próprios educadores.

CONCLUSÃO

52. Em conclusão, a *via do diálogo* – que escuta, analisa e propõe – apre­senta-se como o percurso mais eficaz para uma transformação positiva das inquietudes e das incompreensões num recurso para o desenvolvi­mento de um ambiente relacional mais aberto e humano. Pelo contrário, a aproximação ideologizada às delicadas questões de género, ainda que declarando o respeito pela diversidade, arrisca considerar as próprias di­ferenças de modo estático, deixando-as isoladas e impermeáveis umas às outras.

53. A proposta educativa cristã enriquece o diálogo na medida em que vai «favorecer a realização do homem através do desenvolvimento de todo o seu ser, espírito incarnado, e dos dons da natureza e da graça com os quais foi enriquecido por Deus».[[64]](#footnote-65) Isto exige um sentido de acolhedo­ra *aproximação ao outro* a ser entendido como antídoto natural da “cultura do descartável” e do isolamento. Promove-se, deste modo, a «dignidade originária de cada homem e mulher, insuprível, indisponível para qual­quer poder ou ideologia».[[65]](#footnote-66)

54. Para além de qualquer reducionismo ideológico ou relativismo homo­logante, as educadoras e os educadores católicos – na correspondência à identidade recebida da inspiração evangélica – são chamados a *transformar positivamente os desafios atuais em oportunidades*, percorrendo os caminhos do acolhimento, da razão e da proposta cristã, e também testemunhando com as modalidades da própria presença a coerência entre as palavras e a vida.[[66]](#footnote-67) Os formadores têm a fascinante missão educativa de «ensinar um percurso pelas diversas expressões do amor, o cuidado mútuo, a ternura respeitosa, a comunicação rica de sentido. Com efeito, tudo isto prepara para uma doação íntegra e generosa de si mesmo que se expressará, de­pois dum compromisso público, na entrega dos corpos. Assim, a união sexual no matrimónio aparecerá como sinal dum compromisso totalizan­te, enriquecido por todo o caminho anterior».[[67]](#footnote-68)

55. Também não contradiz esta cultura de diálogo a legítima aspiração das escolas católicas de manter a própria visão da sexualidade humana em função da liberdade das famílias de poder basear a educação dos pró­prios filhos sobre uma *antropologia integral*, capaz de harmonizar todas as dimensões que constituem a identidade física, psíquica e espiritual. Um Estado democrático não pode, de facto, reduzir a proposta educativa a um único modo de pensar especialmente numa matéria tão delicada que toca a visão fundamental da natureza humana e o direito natural dos pais de uma livre escolha educativa, sempre segundo a dignidade da pessoa humana. Cada instituição escolar deve, portanto, dotar-se de instrumen­tos organizativos e programas didáticos que tornem real e concreto este direito dos pais. Assim, a proposta pedagógica cristã concretiza-se como uma resposta sólida à antropologia da fragmentação e do provisório.

56. Os centros educativos católicos, na oferta de programas de formação afetiva e sexual, devem ter em consideração as diferentes idades dos alu­nos e darem auxílio no pleno respeito por todas as pessoas. Isto pode­-se realizar através de um *percurso de acompanhamento* discreto e reservado, com o qual se vai ao encontro também daqueles que se encontram a viver uma situação complexa e dolorosa. A escola deve, portanto, apresentar­-se como um ambiente de confiança, aberto e sereno, especialmente na­queles casos que necessitam de tempo e discernimento. É importante criar as condições para um acolhimento paciente e compreensivo, afastado de injustas descriminações.

57. Bem consciente da solicitude educativa e do cansaço quotidiano vivi­do pelas pessoas empenhadas na escola e nos variados contextos da ati­vidade pedagógica formais e informais, a Congregação para a Educação Católica encoraja a prosseguir na missão formativa das novas gerações, especialmente daqueles que sofrem a pobreza nas suas variadas expres­sões e têm necessidade do amor dos educadores e das educadoras, de tal modo que «os jovens não sejam somente amados, mas também sai­bam que são amados» (São João Bosco). Este Dicastério exprime tam­bém viva gratidão e – com as palavras do Papa Francisco – encoraja «os professores cristãos, que trabalham quer em escolas católicas, quer em escolas estatais, […] a estimular nos alunos a abertura ao outro como rosto, como pessoa, como irmão e irmã que deve ser conhecido e respei­tado, com a sua história, as suas qualidades e defeitos, riquezas e limites. A aposta consiste em cooperar para formar jovens abertos e que se inte­ressam pela realidade que os circunda, capazes de cuidado e ternura».[[68]](#footnote-69)

Cidade do Vaticano, 2 de fevereiro de 2019, Festa da Apresentação do Senhor.

Giuseppe Card. Versaldi

*Prefeito*

Arceb. Angelo Vincenzo Zani

*Secretário*

1. Bento XVI*, Discurso aos Membros do Corpo Diplomático acreditados junto da Santa Sé*, 10 de janeiro de 2011. [↑](#footnote-ref-2)
2. Papa Francisco, Exortação apostólica pós sinodal *Amoris laetitia*, 19 de março de 2016, n. 56. [↑](#footnote-ref-3)
3. Cf. João Paulo II, Exortação apostólica pós sinodal *Familiaris consortio*, 22 de novembro de 1981, n. 6; cf. João Paulo II, Carta às famílias *Gratissimam sane,* 2 de fevereiro de 1994, n. 16; cf. João Paulo II, “Pedagogia do corpo, ordem moral e manifestações afectivas”, *Audiência geral*, 8 de abril de 1981. [↑](#footnote-ref-4)
4. Concílio Vaticano II, Declaração sobre educação cristã *Gravissimum educationis*, 28 de outubro de 1965, n. 1. [↑](#footnote-ref-5)
5. Congregação para a Educação Católica, *Orientações educativas sobre o amor humano*, 1 de novembro de 1983. [↑](#footnote-ref-6)
6. Congregação para a Doutrina da Fé, *Declaração* Persona humana *sobre alguns pontos de ética sexual,* 29 de dezembro de 1975, n. 1. [↑](#footnote-ref-7)
7. *Orientações educativas sobre o amor humano,* n. 5. [↑](#footnote-ref-8)
8. *Ibid*.*,* n. 35. [↑](#footnote-ref-9)
9. Cf. *Ibid*., nn. 21-47, onde se expõem a conceção cristã da sexualidade. [↑](#footnote-ref-10)
10. Concilio Vaticano II, Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contempo­râneo *Gaudium et spes*, 7 de dezembro de 1965, n. 11. [↑](#footnote-ref-11)
11. *Amoris laetitia,* n. 56. [↑](#footnote-ref-12)
12. *Idem.* [↑](#footnote-ref-13)
13. Cf. Papa Francisco, *Discurso aos participantes na Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida*, 5 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-14)
14. Congregação para a Doutrina da Fé, *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, 31 de maio de 2004, n. 13. [↑](#footnote-ref-15)
15. João Paulo II, *Carta às Mulheres*, 29 de junho de 1995, n. 9. [↑](#footnote-ref-16)
16. Congregação para a Doutrina da Fé, *Carta aos Bispos,* n. 13. [↑](#footnote-ref-17)
17. João Paulo II, *Carta às Mulheres*, n. 9. [↑](#footnote-ref-18)
18. Papa Francisco, *Discurso aos participantes na Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida,* n. 3. [↑](#footnote-ref-19)
19. *Amoris laetitia*, n. 34. [↑](#footnote-ref-20)
20. *Gaudium et spes*, n. 14. [↑](#footnote-ref-21)
21. *Idem.* [↑](#footnote-ref-22)
22. K. Wojtyła, *Amor e responsabilidade. Estudo ético*, São Paulo 1982, p. 52. [↑](#footnote-ref-23)
23. Cf. João Paulo II, Carta encíclica *Veritatis splendor*, 6 de agosto de 1993, n. 48. [↑](#footnote-ref-24)
24. Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução sobre o respeito da vida humana nascente e a dignidade da procriação – *Donum vitae*, 22 de fevereiro de 1987, n. 4. [↑](#footnote-ref-25)
25. Bento XVI, *Discurso aos participantes do VI Simpósio Europeu dos Professores Universitá­rios*, Roma, 7 de junho de 2008. [↑](#footnote-ref-26)
26. Bento XVI, *Discurso ao Reichstag de Berlim*, 22 de setembro de 2011. [↑](#footnote-ref-27)
27. Papa Francisco, Carta encíclica sobre o cuidado da casa comum *Laudato si’*, 24 de maio de 2015, nn. 154-155. [↑](#footnote-ref-28)
28. João Paulo II, “Pedagogia do corpo, ordem moral e manifestações afetivas”*, Audiência geral*, 8 de abril de 1981. [↑](#footnote-ref-29)
29. *Veritatis splendor*, n. 50. [↑](#footnote-ref-30)
30. Cf. *Idem.* [↑](#footnote-ref-31)
31. «O homem e a mulher constituem dois modos segundo os quais a criatura humana realiza uma determinada participação do Ser divino: foram criados à “imagem e semelhança de Deus” e realizam completamente tal vocação não só como pessoas singulares, mas também como casal, qual comunidade de amor, orientados para a união e a fecundidade, o homem e a mulher casados participam do amor criador de Deus, vivendo a comunhão com Ele através do outro», *Orientações educativas sobre o amor humano*, n.º 26. Cf. também Congregação para a Educação Católica, *Educar para o diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização de amor,* 28 de outubro de 2013, n. 35-36. [↑](#footnote-ref-32)
32. *Amoris laetitia*, n. 286. [↑](#footnote-ref-33)
33. Bento XVI, *Discurso à assembleia geral da Conferência Episcopal Italiana*, 27 de maio de 2010. [↑](#footnote-ref-34)
34. Bento XVI, *Discurso à Cúria Romana*, 21 de dezembro de 2012. [↑](#footnote-ref-35)
35. *Amoris laetitia*, n. 151. [↑](#footnote-ref-36)
36. *Laudato si’*, n. 155. [↑](#footnote-ref-37)
37. Catecismo da Igreja Católica, n. 1643. [↑](#footnote-ref-38)
38. Papa Francisco, *Discurso aos participantes do Encontro internacional sobre a complementari­dade entre homem e mulher, promovido pela Congregação para a Doutrina da Fé*, 17 de novembro de 2014. [↑](#footnote-ref-39)
39. *Código de Direito Canónico*, can. 1136; cf. *Código de Cânones das Igrejas Orientais*, can. 627. [↑](#footnote-ref-40)
40. *Gravissimum educationis*, n. 3. [↑](#footnote-ref-41)
41. *Amoris laetitia*, n. 280. [↑](#footnote-ref-42)
42. João Paulo II, Exortação Apostólica *Familiaris consortio*, 22 de novembro de 1981, n. 36. [↑](#footnote-ref-43)
43. Papa Francisco, *Discurso a uma Delegação do Departamento Internacional Católico para a Infância (BICE)*, 11 de abril de 2014. [↑](#footnote-ref-44)
44. *Familiaris consortio*, n. 37. [↑](#footnote-ref-45)
45. Congregação para a Educação Católica, *A escola católica no limiar do terceiro milénio*, 28 de dezembro de 1997, n. 9. [↑](#footnote-ref-46)
46. *Educar para o diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização de amor,* n. 58 (tradução da versão italiana). [↑](#footnote-ref-47)
47. Congregação para a Educação Católica, *A escola católica*, 19 de março de 1977, n. 45. [↑](#footnote-ref-48)
48. Congregação para a Educação Católica, *O leigo católico testemunha da fé na escola*, 15 de outubro de 1982, n. 17. [↑](#footnote-ref-49)
49. *Amoris laetitia*, n. 281. [↑](#footnote-ref-50)
50. *Idem*. [↑](#footnote-ref-51)
51. Papa Francisco, *Discurso aos participantes do Encontro internacional sobre a complementari­dade entre homem e mulher, promovido pela Congregação para a Doutrina da Fé*. [↑](#footnote-ref-52)
52. Cf. *Amoris laetitia,* n. 84. [↑](#footnote-ref-53)
53. *Gravissimum educationis*, n. 1. [↑](#footnote-ref-54)
54. João Paulo II, Carta às famílias *Gratissimam sane*, n. 16; cf. Pontifício Conselho para a Família, *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas na família*, 8 de dezembro de 1995, n. 23. [↑](#footnote-ref-55)
55. Cf. *Orientações educativas sobre o amor humano,* n. 79. [↑](#footnote-ref-56)
56. Congregação para a Educação Católica*, Educar hoje e amanhã. Uma paixão que se renova,* Cidade do Vaticano 2014*,* Cap. II, n. 7. [↑](#footnote-ref-57)
57. Cf. Congregação para a Educação Católica, *Educar juntos na escola católica. Missão partilhada por pessoas consagradas e fiéis leigos*, 8 de setembro de 2007, nn. 34-37. [↑](#footnote-ref-58)
58. Paulo VI, Exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, 8 de dezembro de 1975, n. 41. [↑](#footnote-ref-59)
59. *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 80. [↑](#footnote-ref-60)
60. *Gravissimum educationis*, n. 1. [↑](#footnote-ref-61)
61. *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 81. [↑](#footnote-ref-62)
62. *Ibid.*, n. 83. [↑](#footnote-ref-63)
63. *Ibid.,* n. 22. [↑](#footnote-ref-64)
64. *Orientações educativas sobre o amor humano*, n. 21. [↑](#footnote-ref-65)
65. Papa Francisco, *Discurso à Delegação do Instituto “Dignitatis humanae”,* 7 de dezembro de 2013. [↑](#footnote-ref-66)
66. Cf. *Educar para o diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização de amor*, conclusão. [↑](#footnote-ref-67)
67. *Amoris laetitia*, n. 283. [↑](#footnote-ref-68)
68. Papa Francisco, *Discurso à Associação Italiana de Professores Católicos*, 5 de janeiro de 2018. [↑](#footnote-ref-69)